

NOTA DOS EDITORES

A revista *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP) chega à sua 58ª edição no segundo ano de uma pandemia que marca o século XXI e que figura entre os maiores desafios enfrentados pelo Estado brasileiro, em múltiplas frentes. Relevante em tal contexto é a saúde pública, tema frequentemente abordado em artigos da PPP.

A disponibilização de leitos tem sido central no enfrentamento à covid-19. Ainda que não aborde diretamente a pandemia, o artigo 1 traz uma *Avaliação dos parâmetros de oferta mínimos para os leitos SUS no Brasil em 2015*. Lucas Resende de Carvalho, Mônica Viegas Andrade e Pedro Vasconcelos Maia do Amaral analisam como mudanças em portarias que regulam o tema podem afetar a distribuição da oferta de leitos hospitalares, gerais e unidades de terapia intensiva (UTIs). Com base em dados de 2015, os autores já apontavam que a distribuição da oferta de leitos em território nacional não era a ideal para atender toda a população de maneira equitativa.

Os dois artigos seguintes tratam de políticas públicas para o setor agrícola. O artigo 2, assinado por Thyena Karen Magalhães Dias, Vitor Hugo Miro Couto Silva, Edward Martins Costa e Ahmad Saeed Khan, discute *O impacto da posse da terra do agricultor familiar sobre o acesso ao crédito rural*. Os autores avaliam se a ausência de direitos de propriedade sobre a terra gera restrição de acesso ao crédito rural por agricultores familiares no Brasil. Utilizando os métodos de balanceamento por entropia e *propensity score matching*, o trabalho conclui que “a posse da terra está positivamente relacionada ao crédito rural, principalmente na região Sudeste. Em contraste, os resultados para as regiões Sul e Centro-Oeste não se revelaram estatisticamente significantes”.

Uma *Análise do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e seu impacto na área plantada e na produtividade agrícola dos segurados no Brasil* é efetuada por Francisco José Silva Tabosa e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho. Para a avaliação de impacto do programa, o artigo 3 utilizou informações estaduais sobre número de produtores, número de apólices, área plantada, importância assegurada e produtividade entre 2006 e 2018. Os autores apontam uma grande concentração de produtores e de apólices contratadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O artigo conclui que o número de produtores e a importância assegurada tiveram impacto positivo na produtividade e que, em relação à área plantada, somente a importância assegurada teve um efeito positivo. O número de apólices, contudo, obteve um impacto negativo tanto na área plantada quanto na produtividade do assegurado.

Lucas Hermanny da Silva Tavares e Ana Carolina da Cruz Lima assinam o artigo 4, intitulado *Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013*. A partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para

2004, 2009 e 2013, os autores analisam a relação entre insegurança alimentar e os programas de transferência de renda. As conclusões apontam que as transferências de renda reduziram a probabilidade de insegurança alimentar grave, o que sugere que elas são capazes de amenizar a insegurança, mas não de erradicá-la. Os autores também identificaram que situações de insegurança alimentar são mais críticas em domicílios com crianças em idade de primeira infância.

O artigo 5 aborda os *Impactos da seleção migratória sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho no Ceará*. Utilizando dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, Luís Abel da Silva Filho e Rogério Moreira de Siqueira avaliam se o capital humano migrante intermunicipal no Ceará compõe um grupo positivamente selecionado da população. As conclusões apontam que os migrantes são positivamente selecionados e que a probabilidade de residir em um município do Ceará e ser migrante é maior para homens, brancos e com níveis mais altos de escolaridade. Os autores apontam que atributos produtivos não observáveis e o efeito seletividade são favoráveis aos maiores retornos salariais obtidos pelos migrantes.

A governança da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é tema do artigo 6, assinado por Angela Moulin Simões Penalva Santos, Rosangela Marina Luft e Pedro Henrique Ramos Prado Vasques. O trabalho, intitulado *Desafios da governança territorial metropolitana: heterogeneidades locais e contradições das políticas de saneamento ambiental e de mobilidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, discute como a experiência da metrópole fluminense ilustra os desafios da gestão territorial de aglomerados urbanos com base em aspectos financeiros e institucionais em torno do saneamento e da mobilidade. O artigo conclui que há forte heterogeneidade entre os municípios componentes da região metropolitana, com grande predomínio da capacidade orçamentária da capital estadual, que não atua em prol de uma melhor governança. Para enfrentar a dificuldade da cooperação intermunicipal, o trabalho destaca a necessidade de mediação por parte do governo estadual, que deveria ir além da contratação de financiamentos com órgãos multilaterais.

No artigo 7, *Imposto de renda pessoa física e defasagem na correção das faixas – estimativas de acréscimo tributário no Brasil*, Pedro Tonon Zuanazzi, Gustavo Inácio de Moraes, Milton André Stella e Pedro Henrique Vargas Cabral estimam qual seria a arrecadação do governo federal com o imposto de renda retido na fonte de 2002 a 2016 caso as alíquotas sofressem correções pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Abordando três cenários (a, b e c), o artigo conclui que o governo federal teria arrecadado, somente em 2016, R\$ 41,5 bilhões a mais do que o cenário (a), R\$ 33,6 bilhões acima do cenário (b) e R\$ 4,8 bilhões a mais do que o cenário (c). Além disso, os autores apontam que 9,68 milhões de assalariados deixariam de contribuir se a faixa de isenção tivesse sido corrigida pela inflação desde 1996.

Ivan Colangelo Salomão e Augusta Pelinski Raiher assinam o artigo 8, intitulado *Ousadia providencial ou realismo cordato? Marcha forçada, ajuste recessivo e o balanço de pagamentos na década de 1980*. O trabalho efetua uma revisão bibliográfica de cunho histórico em conjunto com análises econométricas para avaliar a contribuição dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) na reversão do *deficit* do balanço de pagamentos verificada de 1983 a 1984. Os autores concluem que a melhoria no resultado das contas externas foi resultado de investimentos efetuados entre 1975 e 1979, bem como apontam a relevância de fatores como as políticas cambial e de crédito.

O artigo 9 trata da *Alocação e quantificação de riscos de implantação de projetos hidroviários: caso do rio Tocantins*. No trabalho, Ricardo da Silva Santana, Lílian dos Santos Fontes Pereira Bracarense, Joaquim José Guilherme de Aragão e José Matsuo Shimoishi analisam – quantitativa e qualitativamente – os riscos inerentes à parceria público-privada (PPP) da hidrovía do Tocantins. A metodologia empregada pelos autores permitiu a obtenção de um valor monetário esperado (VME) em torno da implantação da hidrovía.

Fechando a edição 58 da PPP, o artigo 10, intitulado *The most wretched and the most blissful individuals in Brazil*, utiliza dados da pesquisa World Values Survey (WVS) de 2014 para discutir os níveis de felicidade dos brasileiros. Com base em análise de *clusters*, André Braz Golgher e Raquel Zanatta Coutinho definem grupos de indivíduos felizes e infelizes, e realizam uma comparação entre estes grupos e o resto da população brasileira. As conclusões apontam que os indivíduos classificados como infelizes se autoavaliam como possuindo situação financeira frágil e baixos níveis de confiança. O grupo de indivíduos felizes, por sua vez, apresenta níveis significativos de autodeterminação e religiosidade.

Os editores da PPP agradecem, como de hábito, todos aqueles que contribuíram para a publicação desta edição. Tal esforço seria impossível sem a plena colaboração dos autores, dos pareceristas, do Editorial do Ipea, da equipe de gestão da PPP e, sobretudo, de seus leitores.

Cleandro Krause
Editor

Igor Ferraz da Fonseca
Coeditor